

TIAGO AZEVEDO RAMALHO

CONTRATOS

LEGITIMIDADE. CONTRATOS OBRIGACIONAIS
E AQUISITIVOS. CONTRATOS DISPOSITIVOS.
ACTUAÇÃO POR CONTA DE OUTREM

ÍNDICE

•

Ao Leitor benévolo.....	5
Siglas e abreviaturas.....	11

§1

DA LEGITIMIDADE PARA A PRODUÇÃO DE EFEITOS JURÍDICO-NEGOCIAIS

1. DE QUE TRATAR QUANDO TRATAMOS DE DIREITO	17
a. <i>From status to contract</i>	17
b. Impacto social do Direito	19
c. Mudança e continuidade.....	20
d. Direito Civil no tempo.....	20
e. A memória de <i>Babel</i>	24
2. DA LEGITIMIDADE PARA A PRODUÇÃO DE EFEITOS JURÍDICO- -NEGOCIAIS. OBJECTO, ITER E RESTRIÇÕES AO TRATAMENTO ...	25
a. Primeira linha de contributos	25
b. Segunda linha de contributos	26
c. Conteúdo temático	27
d. Sentido fundamental de legitimidade para a produção de efeitos jurí- dico-negociais	28
e. Grupos de casos	29
f. <i>Iter</i>	30
g. Restrições ao objecto	31
3. SOBRE O TERMO LEGITIMIDADE.....	33
a. Legitimidade e competência.....	33
b. Legitimidade e legitimação	34
c. Legitimidade no texto do CC	35
d. Legitimidade substantiva e processual.....	36
e. Outros sentidos e conclusão.....	38

•

4. NOTA METÓDICA.....	39
a. Directriz geral	39
b. <i>Iter</i>	42
c. Tomada de consciência do Direito coetâneo.....	43
d. Apuramento do juízo.....	45
e. Crítica histórica do Direito coetâneo.....	45
f. Direito para lá da comunidade jurídica.....	46

§2

DO FUNDAMENTO DA VINCULAÇÃO NEGOCIAL

1. DUPLA ACEPTÃO DA LEGITIMIDADE PARA A PRODUÇÃO DE EFEITOS JURÍDICOS.....	51
a. Introdução.....	51
b. Legitimidade em sentido amplo e estrito.....	53
c. Relação entre ambos os sentidos.....	55
d. Relação entre o geral e o concreto (na contemplação teórica)	55
e. Pertinência da dogmática	57
f. Funções: orientação da actividade judicatória do jurista	58
g. Cont. Desoneração da fundamentação.....	58
h. Cont. Função conservatória.....	59
i. Controlo por terceiro.....	60
j. Discurso geral e dogmática.....	61
k. Conclusões	62
2. DA NORMA JURÍDICA À RELAÇÃO ENTRE ÉTICA E DIREITO.....	65
a. Legitimidade e Direito	65
b. Estrutura da norma jurídica	65
c. Índole ética da norma jurídica	66
d. Exemplos.....	68
e. Consequências	70
f. Autonomia do Direito.....	71
g. Características: problemas inter-subjectivos	72
h. Id.: Limites à acção.....	73
i. Id.: Relação entre poderes e deveres	74
j. Relação entre Direito e ética.....	76
3. A <i>FIDES</i>	79
3.1. O valor <i>fides</i> . Referência histórica	79
a. Respeito à palavra.....	79

ÍNDICE

•

b. <i>Fides</i>	79
c. Direito romano.....	81
d. <i>Fides</i> na cultura romana.....	83
e. <i>Fides</i> em CÍCERO.....	85
f. <i>Fides</i> em ULPIANUS.....	86
g. <i>Fides</i> no léxico jurídico romano.....	86
h. Respeito à palavra no princípio <i>pacta sunt servanda</i>	88
i. <i>Fides</i> em GRÓCIO.....	90
j. Respeito à palavra em Kant.....	91
k. Conclusão.....	92
3.2. O valor <i>fides</i> : delimitação do seu sentido.....	92
a. Conteúdo.....	92
b. <i>Fides</i> e confiança.....	93
c. <i>Fides</i> e vontade.....	94
d. Conclusão.....	95
e. O fundamento do fundamento.....	96
3.3. Concepção antropológica juscivil.....	99
a. Sentido fundamental.....	99
b. Protecção contra ingerência externa.....	99
c. Limites da representabilidade política.....	103
d. Assunção das consequências dos próprios actos.....	104
e. Paridade e padrão médio de comportamento.....	105
f. Articulação com equilíbrio prestacional.....	107
3.4. Pessoa e comunidade. Nota sobre o regime da coacção moral de terceiro.....	108
a. Sentido juscivil de comunidade.....	108
b. Manifestações.....	109
c. Coacção moral de terceiro?.....	109
d. Acepções de comunidade.....	111
e. Acepção publicística.....	112
3.5. Outras manifestações da tutela da <i>fides</i>	112
a. Sequência.....	112
b. Regra de boa-fé.....	113
c. Execução específica.....	114
4. FORMALIZAÇÃO NORMATIVA.....	115
a. Reconhecimento pelo Direito.....	115

•

ÍNDICE

•

b. Articulação entre plano jurídico e pré-jurídico	117
c. Regime de responsabilidade pelo incumprimento.....	118
d. Direito e confiança	122
e. Casos falhos de tutela	123
f. Justificação da sujeição ao não reconhecimento dos efeitos de um negócio jurídico procurado	124

§3

**DA DECLARAÇÃO NEGOCIAL
AO NEGÓCIO JURÍDICO**

1. A VALORAÇÃO JURÍDICO-NEGOCIAL DE UM COMPORTAMENTO HUMANO	129
1.1. O valor do reconhecimento normativo.....	129
a. Âmbito de competência da ordem jurídica	129
b. Regra jurídica e efeito jurídico	130
c. Regra e representação cultural.....	133
d. Sentido de “competência jurígena da pessoa”	134
1.2. Diferentes acepções de Direito	135
a. Sentidos de regra jurídica.....	135
b. Cont.: sentido propositivo.....	136
c. Cont.: sentido declarativo	136
d. Cont.: sentido executivo	137
e. Relação entre tais sentidos	138
f. Plano em que se coloca o discurso jurídico.....	139
2. SÍNTESE DE PRESSUPOSTOS.....	141
a. Requisitos colocados ao comportamento declarativo	141
b. Requisitos de imputação	141
3. DECLARAÇÃO NEGOCIAL	143
3.1. Forma.....	143
3.1.1. Forma natural	143
a. Necessidade de forma; liberdade da forma.....	143
b. Falta de forma.....	144

•

ÍNDICE

•	
3.1.2. Forma voluntária e forma convencional.....	145
a. Formas negociais.....	145
b. Forma e autonomia individual.....	148
3.1.3. Forma legal	148
a. Sentido geral.....	148
b. Funções	149
c. Inobservância	151
3.1.4. Sobre os chamados contratos reais quanto à constituição.....	151
a. Relevância do tema	151
b. Tipos contratuais em consideração.....	152
c. Raiz do problema (i)	153
d. “Contratos reais quanto à constituição” no Direito romano.....	154
e. Raiz do problema (ii)	156
f. Diferença entre negócios gratuitos e onerosos de prestação de coisa ...	157
g. Direito positivo	159
h. Regime	161
i. Tendências.....	162
3.2. Objecto negocial recognoscível	163
a. Sentido geral.....	163
b. Inobservância	165
c. Ilicitude do fim.....	165
d. Usura.....	166
3.3. Cont.: Determinabilidade	166
3.3.1. Sentido geral.....	166
a. Valor específico.....	166
b. Representabilidade dos efeitos do negócio.....	168
c. Sequência.....	168
3.3.2. Determinabilidade extensiva.....	169
a. Limites	169
b. Limite mínimo	169
c. Limite máximo.....	170
d. Inobservância	170

ÍNDICE

3.4.3. Determinabilidade distensiva	170
a. Limites	170
b. Integração do programa negocial	170
c. Limite máximo	172
d. Renovação do contrato	172
e. Justificação	173
f. Vinculações perpétuas	174
g. Casamento	176
4. IMPUTAÇÃO SUBJECTIVA	179
4.1. Regra geral	179
a. Sentido geral	179
b. Interpretação e imputação	180
c. Limites de imputação pessoal	181
4.2. Representabilidade concreta (<i>rectius: não irrepresentabilidade concreta</i>)	181
a. Princípio geral	181
b. Falta de consciência da declaração	182
c. Coacção física	183
d. Cont.: contraposição com direito de anulação	184
e. Outras causas	184
4.3. Capacidade (<i>não-incapacidade</i>)	185
a. Relevância geral	185
b. Sentido normativo	186
c. Justificação	186
5. O PODER PARA A PRODUÇÃO DE EFEITOS JURÍDICO-NEGOCIAIS	189
a. Autonomia e regra de interpretação das declarações negociais	189
b. Estrutura de regras jusnegociais	193
c. Duplo ângulo de consideração	194
d. Sequência	196

§4

LEGITIMIDADE PARA A PRODUÇÃO DE EFEITOS JURÍDICOS OBRIGACIONAIS E AQUISITIVOS

1. A <i>STIPULATIO</i>	199
a. Teoria e prática	199

ÍNDICE

•	
b. Estratos do Direito Romano	201
c. <i>Stipulatio</i>	202
d. Evolução do sistema negocial	203
e. Regra fundamental romana	204
f. Regra fundamental coetânea	205
g. Sequência	206
2. ÂMBITO DA REGRA	207
2.1. Efeitos obrigacionais. Efeitos análogos	207
a. Obrigações	207
b. Títulos de atribuição	207
c. Ônus de acção	208
d. Actos quase-negociais	210
e. Fundamento	211
2.2. Efeitos aquisitivos. Recondução à primeira regra de legitimidade? Sequência	211
a. Aquisições	211
b. Justificação	212
c. Recondução aos princípios gerais	213
d. Formulação unitária da primeira regra de legitimidade	213
2.3. O problema do princípio do contrato	214
a. Princípio do contrato: discussão	214
b. Cont.: crítica	215
c. Saneamento do problema	216
3. PRINCÍPIO DO CONTRATO	219
a. Fundamento	219
b. Campo problemático	219
c. Compreensão subjectiva dos bens jurídicos	220
d. Direito de recusa?	220
e. Tomada de posição	221
f. Cont.	222
g. Síntese do entendimento	222
h. Direito positivo	223
i. Sequência	224
4. A DOAÇÃO COMO CONTRATO?	225
a. Diferentes perspectivas	225

ÍNDICE

•

b. Uma página grega.....	226
c. Uma página romana.....	226
d. Uma página cristã.....	228
e. Contraposição entre liberalidade e sinalagmaticidade.....	229
f. Troca de liberalidades.....	230
g. Regime especial da doação a incapaz.....	231
h. Cont.	232
5. SUJEITABILIDADE NEGOCIAL.....	235
5.1. Regime comum da proposta negocial.....	235
a. Enunciação.....	235
b. Juízo.....	236
c. Alteração de circunstâncias.....	237
d. Uma conclusão positiva.....	238
e. Uma conclusão negativa.....	240
5.2. O art. 234.º.....	241
a. Âmbito.....	241
b. Propor e constituir um efeito.....	241
c. Dispensa de aceitação.....	242
d. Momento de formação do contrato.....	243
e. Consequências em sede subjectiva.....	244
f. Apontamento sobre o Direito alemão.....	245
g. Contraposição com o regime comum.....	246
5.3. Promessa pública.....	246
a. Âmbito.....	246
b. Excepção ao princípio do contrato?.....	247
c. Exegese.....	247
d. Conclusões.....	248
e. Forma do acto.....	249
5.4. Hipoteca.....	249
a. Relevância para o debate.....	249
b. Apontamentos relativos ao respectivo regime.....	249
c. Títulos acessórios.....	251
d. Regime executivo.....	252
e. Forma de constituição.....	252
f. Conclusões.....	252

•

•

5.5. Negócios cambiários.....	253
a. Âmbito	253
b. Forma do negócio	254
5.6. Observações conclusivas.....	254
a. Elementos comuns: forma.....	254
b. Cont.: compatibilidade com princípio do contrato.....	254
c. O contributo de ELSTER.....	255
d. A fiança.....	257
6. CONTRATO A FAVOR DE TERCEIRO.....	259
a. <i>Iter</i>	259
b. Núcleos temáticos	260
c. Aplicação das conclusões obtidas ao contrato a favor de terceiro.....	260
d. Cont.	261
e. Crítica ao entendimento corrente.....	262
f. Conclusões finais	265
7. ILEGITIMIDADES ESPECIAIS	267

§5

**LEGITIMIDADE PARA A PRODUÇÃO DE EFEITOS
JURÍDICOS DISPOSITIVOS**

1. A <i>MANCIPATIO</i>	271
a. <i>Mancipatio e stipulatio</i>	271
b. Relevância do antigo <i>ius civile</i>	272
c. Rito produtor da translação	272
d. Efeitos do acto	274
e. Regra de legitimidade.....	275
f. Âmbito da categoria	276
2. A <i>DISPOSIÇÃO SOBRE UMA POSIÇÃO JURÍDICA AUTÓNOMA (QUID?)</i>	277
2.1. Âmbito dos efeitos dispositivos	277
a. Precedência da regra de interpretação	277
b. Critério.....	278
c. Concretizações	279

ÍNDICE

•	
d. Exercício de direitos.....	283
e. Distinção entre acto de disposição/acto de simples de administração e actos dispositivos	284
2.2. Poder de disposição, suas modalidades e sua inexistência.....	285
2.2.1. Poder de disposição	285
a. Poder de disposição.....	285
b. Modalidades de disposição	286
2.2.2. Transmissão.....	286
a. Sentido	286
b. Outras designações	288
c. Casos especiais	288
2.2.3. Renúncia	290
2.2.4. Constituição/onerção	290
a. Sentido	290
b. Casos especiais.....	291
2.2.5. Modificação.....	291
2.2.6. Inexistência de poder de disposição	292
2.3. Momento de aferição de legitimidade	293
3. TITULARIDADE (<i>QUIS?</i>)	295
a. Sequência.....	295
b. Titularidade, competência, tenência	295
c. Titularidade e propriedade.....	297
4. MEIO DE DISPOSIÇÃO (<i>QUOMODO?</i>).....	303
4.1. Observações introdutórias gerais. Recondição às regras comuns	303
a. Diferentes “modelos” de transmissão	303
b. Suficiência do consenso	306
c. Crítica à necessidade de tradição	309
d. Autonomia do problema da protecção de terceiros.....	311
4.2. Sentido fundamental do princípio da consensualidade.....	312
a. Explicação.....	312

ÍNDICE

•	
b. Determinação supletiva do momento previsto para a transmissão	314
c. Concretização no Direito positivo: venda de bem presente	314
d. Cont.: venda de bem futuro.....	316
e. Cont.: coisa indeterminada e genérica.	317
4.3. O contrato como instrumento de afectação da titularidade de posições jurídicas.....	318
a. Produção e não produção do efeito real do contrato.....	318
b. Análise de casos.....	319
c. Elemento comum: relação de afectação da titularidade de direito	320
d. Relevância prática	321
e. Contrato-promessa	323
f. Efeito essencial da compra e venda	323
4.4. Falta de legitimidade	324
4.4.1. Ineficácia da transmissão do direito	324
a. Enunciação.....	324
b. Legitimidade para pedido de declaração de ineficácia	325
4.4.2. Efeitos sobre a relação entre partes. Venda de bens alheios	325
4.4.2.1. Âmbito de aplicação do regime	325
a. Relevância do regime da venda de bens alheios no sistema negocial privado	325
b. Eficácia residual.....	327
c. Pressupostos de aplicação do regime: bem alheio como próprio.....	328
d. Cont.: falta de legitimidade	331
e. Variantes do regime	334
4.4.2.2. Compra de boa-fé.....	334
a. Síntese	334
b. Restrições à invocabilidade.....	335
c. Restituição do preço	336
d. Convalidação	337
e. Formas de cumprimento da obrigação de convalidação	339
f. Tutela indemnizatória	345
g. Cont.	348
h. Valoração do regime	348

ÍNDICE

•

4.4.2.3. Venda de boa-fé e compra de má-fé	352
a. Invocação	352
b. Restituição	352
c. Regime objectivo de convalidação	353
d. Tutela indemnizatória	353
e. Valoração do regime	353
4.4.2.4. Compra e venda de má-fé.....	354
4.4.2.5. Observações conclusivas	355
4.4.3. Restrições à legitimidade	356
4.4.3.1. Ilegitimidades conjugais	356
a. Introdução ao tema.....	356
b. Bens móveis.....	357
c. Bens imóveis.....	359
d. Consentimento (autorização)	360
e. Inobservância do regime	360
f. Articulação com regime comum.....	361
4.4.3.2. Outras restrições à legitimidade.....	363
a. Outros casos de restrições à legitimidade.....	363
b. Distinção entre regime comum e especial de legitimidade	364
4.5. Risco de perecimento da coisa	366
a. Sequência.....	366
b. Problema do risco	366
c. Concretização da regra	367
d. Articulação com regime comum de transmissão de direitos	369
5. RENÚNCIA E REMISSÃO.....	371
5.1. Renúncia	371
5.2. Remissão.....	372
a. Regime comum	372
b. Extinção por acto unilateral de títulos acessórios de prestação.....	373
c. Justificação do regime.....	373
5.3. A renúncia ao crédito (que não é uma remissão, nem tem o mesmo âmbito extintivo)	374
a. A dificuldade.....	374

•

b. Elementos da obrigação	374
c. Outras soluções	379

§6

**LEGITIMIDADE PARA A ACTUAÇÃO SOBRE
ESFERA JURÍDICA AUTÓNOMA**

1. O PROBLEMA DA ACTUAÇÃO SOBRE A ESFERA JURÍDICA AUTÓNOMA.....	383
a. Articulação com categorias anteriores.....	383
b. Falta de precedente romano.....	384
c. Mandato.....	385
d. Sequência	385
2. AGERE PRO ALTERO — DO MANDATO COMO MODELO DA ACTUAÇÃO POR CONTA DE OUTREM.....	387
2.1. O mandato.....	387
a. Noção.....	387
b. Título de actuação por conta de outrem	389
c. Extensão.....	390
d. Contraposição com contratos de troca: as obrigações de <i>agere pro altero</i>	390
e. Aplicação residual do regime do mandato a relações de <i>agere pro altero</i>	391
2.2. Efeitos do mandato	392
a. Efeitos principais.....	392
b. Exercício da actividade	392
c. Cont.	393
d. Controlo da actuação	394
e. Sentido a imprimir à execução.....	394
f. Responsabilidade	395
g. Limites às alterações	396
2.3. Constituição da relação de mandato.....	397
a. Regras comuns	397
b. Mandato unilateral? Sugestões a partir da palavra mandato	397
c. Mandato e <i>fides data</i>	399
d. Cont.: mandato e gestão de negócios	399

ÍNDICE

e. Proposta de mandato e mandato	400
f. Contraposição com procuração	401
2.4. Revogabilidade natural pelo mandante	402
2.4.1. Problema e sequência	402
a. Múltiplos sentidos	402
b. Revogação ad nutum. Precisão do seu sentido	402
c. Sequência	403
d. Justificação (i)	403
e. Revogação e vinculatividade contratual	405
f. Justificação (ii)	405
g. Exclusão do direito de revogação	405
2.4.2. Objecto da revogação	407
a. Sequência	407
b. Objecto da revogação: título de actuação criado pelo mandato	408
c. Efeitos <i>ex nunc</i>	408
d. Exclusão em caso de cumprimento do mandato	409
e. Mandato oneroso	409
2.4.3. Outras manifestações da regra	410
a. Exemplos	410
b. Caso especial da empreitada	410
c. Caso especial da contratação administrativa	411
d. Direito do trabalho	411
e. Comunidades <i>ercto non cito</i>	411
2.4.4. Revogação com justa causa, <i>rectius</i> , resolução	413
a. Distinção quanto à causa e quanto ao efeito	413
b. Exemplos	414
2.5. A renunciabilidade natural à actuação por conta de outrem	415
a. Sequência	415
b. Justificação	415
c. Sanção pecuniária compulsória	416
d. Manifestações pelo ordenamento	417
e. Conclusões	417

•	
2.6. Breve recapitulação do regime do mandato	418
2.7. Da estrutura do mandato à estrutura da representação.....	420
a. Sequência.....	420
b. Razão de reconhecimento da representação voluntária.....	421
c. Contraposição entre efeitos do mandato e da representação.....	423
d. Novo objecto jurídico admissível.....	425
e. Articulação com princípios comuns de Direito Civil.....	425
f. Procuração e mandato.....	426
3. MODI DE VINCULAÇÃO DE ESFERA JURÍDICA DE OUTREM E RESPECTIVAS FONTES.....	429
3.1. Quadro geral.....	429
3.2. Fontes de investidura em poderes de vinculação.....	430
a. Fontes. Fonte voluntária	430
b. Fonte judicial	430
c. Fonte legal	430
d. Tipos de representação	431
e. Sequência.....	431
3.3. Regra de legitimidade.....	431
4. REPRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA.....	433
4.1. Problema	433
a. Sequência.....	433
b. Cont.	434
4.2. Legitimidade para agir em nome de outrem.....	434
a. Declaração negocial	434
b. <i>Contemplatio domini</i>	435
c. Eficácia	436
d. Ineficácia	436
e. Prazo para a ratificação	438
f. Ratificação.....	438
g. Actos dispositivos.....	438
4.3. Constituição e extinção da relação representativa	439
a. Remissão	439
b. Forma da declaração.....	439
•	

ÍNDICE

•	
c. Negócio jurídico unilateral	440
d. Gerentes e administradores de sociedades comerciais: remissão	440
e. Formas de extinção	440
5. AUTORIZAÇÃO	441
5.1. Formas de <i>assentimento</i> . Admissibilidade da autorização	441
a. O “assentimento”	441
b. Distinção temática entre “consentimento”/“ratificação” e “autorização”	444
c. Delimitação do sentido de autorização	445
d. Admissibilidade geral	449
5.2. Regime	453
a. Autorização e procuração	453
b. Negócio jurídico unilateral	454
c. Acto praticado pelo autorizado	454
d. Efeito da autorização	455
e. Regra de legitimidade	456
f. Limitação ao regime	458
5.3. Outros casos	458
a. Sequência	458
b. Efeitos obrigacionais?	459
c. Administradores de patrimónios alheios	460
5.4. Sobre as chamadas autorizações integrativas	460
a. A chamada “autorização constitutiva”	460
b. A chamada “autorização integrativa”	461
6. DELIBERAÇÕES SOCIAIS E AUTORIZAÇÕES A TERCEIROS	463
6.1. Deliberações sociais	463
a. Deliberações sociais	463
b. Requisitos	464
c. Âmbito subjectivo da assembleia	464
d. Poder da assembleia	465
e. Regra de exercício da competência	465
f. Regra de legitimidade	465

•

6.2. Determinação do conteúdo de relação jurídica alheia em interesse alheio	466
a. Centros deliberativos.....	466
b. Determinação do preço por terceiro.....	466
c. Tribunal arbitral.....	468

§7

FALTA DE LEGITIMIDADE

1. O PROBLEMA	471
a. Sequência.....	471
b. Falta de legitimidade e norma jurídica	472
2. CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE LEGITIMIDADE.....	473
2.1. Estatuto comum.....	473
a. Sentido de estatuto comum.....	473
b. Outras regras	474
c. Legitimidade e ordem jurídica	475
d. Aproveitamento dos efeitos do negócio	476
e. Restrição à ineficácia	477
f. Efeitos imediatos e meramente mediatos da falta de legitimidade	478
2.2. Regras especiais.....	478
a. Regra especial	478
b. Regime comum	479
c. Regimes especiais	480
d. Destrição.....	480
3. EPÍLOGO	483
Bibliografia.....	487
Índice.....	525

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt